

Iniciativas de acessibilidade no Museu das Culturas Dom Bosco – MCDB

Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen¹
Claudia Ester Soares Candia²
Shirley Vilhalva³

Resumo

O presente artigo baseia-se no estudo e nas atividades realizadas em âmbito **de uma parceria entre o Museu das Culturas Dom Bosco – MCDB e o Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS, órgão vinculado à Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul**. Este trabalho procurou debater a questão de acessibilidade cultural no MCDB, quanto à interação de pessoas com deficiência auditiva nas atividades de visitação aos espaços expositivos e no potencial didático de seu rico acervo.

Objetivou-se assim, estabelecer as condições necessárias e acessíveis de comunicação aos visitantes jovens, adultos e crianças surdas, surdocegos e índios surdos ao Museu-MCDB, condições essas que levem oportunidades aos mesmos de acesso a conhecimento, informações e memórias que o museu disponibiliza em seu acervo, podendo assim aprender sobre a pré-história do Brasil e a cultura dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul, contribuindo para inclusão dessas comunidades ao público visitante do museu.

Desse modo, buscou-se reforçar a necessidade de aprofundamento de conceitos teóricos nas áreas específicas da museologia, arqueologia, etnologia e na Língua Brasileira de Sinais-Libras, tendo como base o acesso ao diversificado acervo do Museu-MCDB, por meio da comunicação em Libras.

Introdução

Nos últimos anos, os museus conquistaram espaço em todo o mundo como instituições de vanguarda, principalmente, na educação para a preservação do patrimônio artístico, cultural, científico e tecnológico (GASPAR, 1993).

¹ *Dirceu Mauricio van Lonkhuijzen (Museu das Culturas Dom Bosco – MCDB).*

E-mail: dirceu@mcdb.org.br. Campo Grande, MS, Brasil.

² *Claudia Ester Soares Candia (Centro de Capacitação de profissionais da educação e de Atendimento às pessoas com Surdez – CAS/SED/MS).*

E-mail: claudiaestersc@hotmail.com. Campo Grande, MS, Brasil.

³ *Shirley Vilhalva (Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS/SED/MS).*

E-mail: shivi323@hotmail.com. Campo Grande, MS, Brasil.

Neste sentido, Mario Chagas e Claudia Storino afirmam que

Entre os mais diferentes grupos culturais e sociais há uma nítida necessidade e uma notável vontade de memória, de patrimônio e de museu. Esse fenômeno social não é uma exclusividade do mundo contemporâneo, ainda que no mundo contemporâneo ele tenha grande visibilidade. A essas necessidades e vontades não correspondem automaticamente à garantia dos direitos à memória, ao patrimônio e ao museu. O exercício desses direitos de cidadania precisa ser conquistado, afirmado e reafirmado cotidianamente (CHAGAS & STORINO, 2007).

No Brasil, este modelo de museu moderno que apresenta uma nova postura voltada para o social, vive um momento de reinvenção, como é o caso do **Museu das Culturas Dom Bosco – MCDB, localizado na cidade de Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul**. Atualmente com sessenta e dois anos de memórias e histórias contadas através de seu acervo, o MCDB vivencia este momento.

Desde sua reinauguração em 2009, o Museu – MCDB está localizado no Parque das Nações Indígenas, instalado em um espaço moderno e planejado para cumprir sua missão de ampliar o acesso da sociedade ao conhecimento científico, por meio de conservação, preservação de acervos e difusão de referências patrimoniais arqueológicas, etnográficas e das ciências naturais, a fim de dar suporte ao ensino, pesquisa e extensão.

Neste momento de mudança, o MCDB busca novas estratégias que apontem para diferentes caminhos e possibilidades de discursos expositivos acessíveis, que alcance a sociedade como um todo. Ressaltando a ideia de ‘todo’, que implica também considerarmos, como lembra o geógrafo Milton Santos, algo complexo que vai além do todo formado por partes, mas sim um ‘todo’ formado pelas inter-relações das diferentes partes (SANTOS, 1994).

Por isso, a ideia de acessibilidade cultural ainda não é vista como algo complexo, ou sistêmico, que vai além das questões físicas de como chegar a determinados equipamentos, e sim, fazer com que todos tenham o acesso à informação e compreendam conteúdos destes serviços e espaços. Ou seja, pensar em espaços culturais em lugares onde os “serviços estejam adequados para serem alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa, independente de sua condição física ou comunicacional” (SARRAF, 2010, p. 28).

Para os efeitos da ABNT NBR 9050, aplica-se a seguinte definição quanto à acessibilidade:

Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elemento (NBR 9050).

Conforme Teixeira Coelho, podemos entender acessibilidade cultural como: permitir que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, participem de ati-

vidades que incluem o uso de produtos e serviços dos equipamentos culturais, tais como: cinemas, teatros, museus, exposições entre outros (TEIXERA COELHO, 2004).

Teixeira Coelho apud Viviane Sarraf afirma que, para isso, é necessário conhecer as deficiências em suas especialidades, para que possam elaborar propostas de ação e mediação cultural que atendam as necessidades específicas e anseios de cada público em questão (SARRAF, 2008).

A Classificação Internacional de Funcionalidade – CIF considera com igual importância o aspecto ambiental, ou seja, os obstáculos sociais que os indivíduos com deficiência enfrentam no seu cotidiano. Suas considerações seguem em concordância com Milton Santos, quanto à complexidade da interação das diferentes partes que formam o todo.

Conforme os estudos apresentados pela classificação referida, podemos observar que:

a CIF é baseada, portanto, numa abordagem biopsicossocial que incorpora os componentes de saúde nos níveis corporais e sociais. Assim na avaliação de uma pessoa com deficiência, esse modelo destaca-se do biomédico, baseado no diagnóstico etiológico da disfunção, evoluindo para um modelo que incorpora as três dimensões: a biomédica, a psicológica (dimensão individual) e a social. Nesse modelo cada nível age sobre e sofre a ação dos demais, sendo todos influenciados pelos fatores ambientais (FARIAS & BUCHALLA, 2005).

A Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece no Art.1º [...] que são critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Art. 2º Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições: [...] d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.

Com isso, o Museu – MCDB tem como grande desafio, buscar caminhos para que toda a sociedade ouvinte e surda tenha acesso não somente ao seu espaço atual, localizado dentro de um parque urbano, com poucas opções de transporte público, mas principalmente, às informações e memórias que o museu disponibiliza em seu acervo, fazendo com que os mais diferentes públicos (surdo, surdocego e indígena surdo) conheçam e compreendam o que as coleções têm para comunicar.

Sonia Santos e Regina Buccini concordam que a mediação cultural permeia esse caminho no papel formativo, estimulando a compreensão, ou mesmo a inquietação, até a apropriação das mais diversas manifestações culturais, potencializando nas pessoas a oportunidade de observação, registro e apropriação de certos conceitos (SANTOS, 2009).

Para Regina Buccini apud Santos (2009) a mediação cultural traz também a possibilidade de leitura do conjunto de fenômenos à sua volta, podendo contribuir na ressignificação através dos bens culturais, sua compreensão de estar no mundo e de ser humano (BUCCINI, 2009).

Santos (2009) apud Martins (2010) coloca que tanto na relação do museu com sua exposição e serviços, como com seu visitante, espectador, como também, em sua dimensão social, não podemos ver a mediação cultural como “ponte com uma única direção”, não reconhecendo as particularidades “tratando as diferenças” dos interlocutores (MARTINS, 2010).

A Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000 trata dessa questão, estabelecendo em seu capítulo VII sobre acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização o seguinte:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e nos prazos previstos em regulamento.

Buscando atender a essa demanda da lei da acessibilidade, no ano de 2010, o MCDB começa a realizar atividades em parceria com o Centro de Capacitação Profissionais da Educação e Atendimento a pessoa com Surdez da Secretaria de **Educação do Estado de Mato Grosso do Sul – CAS/SED-MS**.

A partir desta parceria, o MCDB e o CAS iniciaram um programa de estudos sobre a Língua de Sinais, Artefatos da Cultura Surda, Arte Surda, Comunidade Surda e as Coleções do Museu, envolvendo os profissionais dessas instituições, criando oportunidade a ambas instituições para uma reflexão a respeito da mediação cultural neste espaço, de maneira ampla, destacando a questão da acessibilidade à comunicação para a comunidade surda, surdo-cega e índio surdo.

Os estudos foram percorridos sempre da língua fonte (Língua Portuguesa) para a língua alvo (Língua Brasileira de Sinais), conforme estabelecido no primeiro artigo Lei. 10.436 de 24 de abril de 2002:

Art. 1º: É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a **Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos** de expressão a ela associados. Parágrafo único: Entende-se como **Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão**, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Assegurados por essa lei os profissionais do Museu – MCDB e do CAS/SED-MS buscam interpretar os conceitos teóricos sobre as culturas pretéritas e povos indígenas, estudados para Libras.

Segundo o Art. 2º. do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005:

É considerada pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da **Língua Brasileira de Sinais – Libras**.

Para Ronice Quadros, o termo portador de deficiência auditiva deve ser substituído por pessoa com deficiência e assim define a surdez: "A surdez consubstancia experiências visuais do mundo. Do ponto de vista clínico comumente se caracteriza a surdez pela diminuição da acuidade e percepção auditivas que dificulta a aquisição da linguagem oral de forma natural" (QUADROS, 2004, p. 10).

E define o surdo da seguinte forma:

"Surdos – São as pessoas que se identificam enquanto surdas. Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. A identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos. Essa cultura é multifacetada, mas apresenta características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes" (QUADROS 2004, p.10).

O Grupo Brasil de Apoio ao Surdocego e ao Deficiente Múltiplo Sensorial define a surdocegueira como uma deficiência que apresenta perda auditiva e visual concomitantemente em diferentes graus, levando a pessoa com surdocegueira a desenvolver várias formas de comunicação para entender e interagir com as pessoas e o meio ambiente, de forma a ter acesso às informações, vida social com qualidade, orientação, mobilidade, educação e trabalho (GRUPO BRASIL, 2003).

Neste trabalho, o grupo de pesquisa dá atenção especial aos indígenas surdos⁴ existentes entre parentes, amigos, alunos e professores das escolas indígenas das etnias Guarani/Kaiowá e Terena de Mato Grosso do Sul. Contudo, ainda não há uma discussão mais abrangente sobre a existência de alunos indígenas surdos nas escolas indígenas estaduais, nem mesmo uma discussão quanto à denominação aceita por eles (VILHALVA, 2012).

Segundo essa autora, os indígenas têm sua identidade própria. Pensando em uma posição de serem surdos, alguns pesquisadores usam a denominação, como por exemplo, surdo + a etnia pertencente: Surdo Guarani, Surdo Terena ou Surdo Kadwéu, tal como Giroletti apud Vilhalva (2008) apresentam.

Metodologia

A partir da parceria do Museu – MCDB com o CAS/SED-MS inicia-se a construção de uma metodologia participativa, visando à mediação cultural entre o museu e um público formado por surdos, surdocegos, índios surdos, professores, intérpretes, familiares e amigos de surdos, quanto à questão da acessibilidade a comunicação. Essa proposta já fora estabelecida pela Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que “incumbe ao Poder Público promover a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecer mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação às pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação para garantir-lhes o direito, entre outros, de acesso à informação, à comunicação, à cultura, e ao lazer.” Além disso, a Portaria nº 466 concede prazo para implementar ações relacionadas à referida lei.

A primeira etapa se deu por meio de um curso de Libras⁵ para os colaboradores do museu, que aconteceu uma vez por semana com duração de duas horas de estudos. Em contrapartida, os profissionais do CAS/SED/MS participavam de visitas guiadas no museu, explorando o ambiente de estudo e conhecendo o acervo existente. A cada estudo realizado novas descobertas foram feitas pelos profissionais surdos, descobertas que foram cuidadosamente registradas por meio **de foto e vídeo, sendo utilizadas nas reuniões periódicas de estudos – momento** de troca de conhecimentos específicos entre as equipes envolvidas.

O curso de Libras não prosseguiu como inicialmente proposto, pois a equipe de colaboradores do Museu não conseguiu acompanhar a dinâmica exigida pela metodologia do curso, restando apenas um colaborador, atualmente.

⁴ Atualmente, com o novo levantamento junto ao CAS/SED/MS o número de índios surdos existentes no estado do Mato Grosso do Sul passou de 30 para 40 indivíduos de diferentes faixas etárias, sendo que a maioria não se encontra nas escolas (VILHALVA, 2012, pag. 128).

⁵ Libras é uma das siglas para referir à língua de sinais: Língua Brasileira de Sinais. Esta sigla é difundida pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – FENEIS. LSB é outra sigla para referir-se à Língua Brasileira de Sinais: Língua de Sinais Brasileira. Esta sigla segue os padrões internacionais de denominação das línguas de sinais.

Após apropriação de conceitos básicos sobre Língua Brasileira de Sinais – Libras – e Museologia, os profissionais das instituições passaram a se dedicar mais aos estudos dos conteúdos referentes às coleções de arqueologia e etnologia do MCDB, por serem mais viáveis no momento, devido à facilidade de acesso quanto às questões de conservação ou manuseio das peças, como também, para a adaptação de técnicas da educação patrimonial e experimentação arqueológica, planejamento de atividades e produção de materiais de apoio.

Este projeto foi inicialmente denominado Libras: Cultura e Lazer no Museu. **Coordenado pelas professoras/pesquisadoras do CAS/SED – MS, Shirley Vilhalva, Claudia Ester Soares Candia, contando com a participação dos colaboradores surdos, Jeferson Soares Candia e Ingrid da Silva Witzel, juntamente com o responsável pelo acervo de arqueologia do Museu-MCDB, Dirceu Mauricio Van Lonkhuijzen.**

O objetivo da equipe nesse projeto, primeiramente foi conhecer o acervo existente no museu sobre a cultura e história do povo indígena do Mato Grosso do Sul, **para depois realizar tradução para Língua Brasileira de Sinais – Libras –, respeitando ambas as modalidades (Língua Portuguesa oral-auditiva⁶ e Língua Brasileira de Sinais espacial-visual)⁷.** Outro objetivo é produzir materiais em Libras para que futuramente os estudantes surdos, índios surdos, surdocego e profissionais interessados no estudo da língua de sinais possam utilizá-los como fontes de pesquisa, oportunizando assim, o que rege a Convenção dos Direitos Humanos e Decreto da Acessibilidade.

A cada estudo realizado, ambos aprendiam. Enquanto o profissional do Museu-MCDB descobria as riquezas da língua de sinais, quanto à sua estrutura linguística, as professoras/pesquisadoras do CAS/SED-MS e seus colaboradores surdos, se deslumbravam com as histórias do MCDB.

Outra descoberta valiosa nesses estudos foi conhecer a história e a cultura dos povos indígenas existentes no acervo do museu. Essa descoberta fez com que a equipe começasse a registrar os estudos por meio de fotos e vídeos em Libras, construindo material de apoio para a equipe. Os vídeos foram elaborados e produzidos simultaneamente, tornando-se uma prática.

Muitos foram os entraves que a equipe encontrou no momento dos estudos, no que se refere à acessibilidade de comunicação. Para a equipe do CAS/SED-MS, os conteúdos em estudo eram novos e de desconhecimento teórico dos surdos inseridos no projeto. A falta de conhecimento tornava o estudo mais longo, porém a vontade de aprender e conhecer mais sobre os temas estudados como

⁶ *Língua de modalidade oral-auditiva – As línguas apresentam diferentes modalidades. Uma língua falada é oral-auditiva (português, francês, inglês, etc.), ou seja, utiliza a audição e a articulação através do aparelho vocal para compreender e produzir os sons que formam as palavras (QUADROS, 2004, p. 24).*

⁷ *Língua de modalidade visual-espacial (língua de sinais brasileira, língua de sinais americana, língua de sinais francesa, etc.) – Mais utilizada para referir à língua de sinais propriamente dita, que se articula no espaço e é percebida visualmente, mais ligada ao canal ou meio de comunicação, enfocando os movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão (QUADROS, 2004, p. 24).*

a evolução, a pré-história humana no Brasil e a história dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul aumentava cada vez mais.

Os estudos voltados à Arqueologia foram de suma importância, pois muitas eram as curiosidades da equipe do CAS/SED-MS, que aos poucos foram sendo esclarecidas. Pode-se dizer que com isso as pessoas inseridas nesse projeto aprenderam muito.

As informações eram de suma importância, tanto para os ouvintes como para os surdos envolvidos no projeto, mas na falta de alguns sinais em Libras, dificuldades foram surgindo, pois sem os sinais de algumas palavras, os estudos levavam mais tempo, dificultando a evolução do tema estudado. Com isso, a equipe se sentiu com mais sede de estudar e pesquisar a Língua Brasileira de Sinais. Após um levantamento realizado no dicionário Capovilla, voltado para a Língua Brasileira de Sinais e glossários, constatamos que alguns sinais não estavam dicionarizados.

Para facilitar os estudos e a interpretação dos conteúdos direcionados para a área da Arqueologia e Etnologia, o grupo sentiu a necessidade de criar novos léxicos em Libras, facilitando a comunicação e a compreensão dos conceitos estudados pelo grupo.

A preocupação do grupo foi além da orientação personalizada das visitas guiadas nos espaços expositivos, observando-se que, no caso do público surdo, os atendimentos devem ser mais dinâmicos, recorrendo aos exercícios didáticos especificamente preparados para as ações educativas, tais como: ateliers e demonstrações da produção de artefatos de pedra.

No início, para que ocorresse a compreensão dos conceitos estudados sobre a Arqueologia e seus artefatos, a profissional intérprete do projeto, junto com os colaboradores surdos, sentiu necessidade de recorrer por várias vezes aos empréstimos linguísticos lexicais, por falta de um sinal equivalente existente na Libras, principalmente das palavras que foram citadas por várias vezes no estudo, sendo elas: arqueologia, pedra-lascada, pedra-polida, cerâmica arqueológica. Isso



Fotos 1, 2 e 3 – Encontros regulares para troca de conhecimentos entre as professoras/pesquisadoras do CAS/SED/MS e os técnicos do museu – MCDB



Fotos 4, 5, 6, 7 e 8 – Momento de estudo do grupo, conhecendo e aprendendo os conceitos específicos do acervo do MCDB em oficinas, interpretando para a **Língua Brasileira de Sinais – Libras**

também aconteceu no estudo da área da etnologia. Mais uma vez foi necessário recorrer ao uso do empréstimo linguístico lexical ao estudar a história e cultura das etnias (Terena, Guató, Kinikinau, Kadiwéu, Guarani Kaiowá, Ofaié e Atikum) indígenas do Mato Grosso do Sul.

Por meio da datilologia eram transmitidas as informações e conceitos dos estudos aos colaboradores surdos. Esse recurso utilizado naquele momento ajudou muito, porém não era tão eficiente, por tornar os estudos mais demorados para ambos os envolvidos, surdos e ouvintes. Assim, a equipe do CAS/SED-MS se debruçou em estudo e pesquisa para verificar se já existiam sinais em Libras dessas palavras em outros estados, mas nenhum registro foi encontrado e, por este motivo, houve a necessidade de criar novos léxicos na Libras. Um exemplo claro em nossos vídeos é o termo “arqueologia”, palavra grande e que a todo o momento era apresentada em alfabeto manual⁸. Já na área da etnologia usava-se constantemente a terminologia etnia.

Apoiados nos materiais de foto e vídeo já existentes, os colaboradores surdos e dominantes da Língua Brasileira de Sinais, juntamente com os demais profissionais criaram alguns novos sinais em Libras, voltados para área da arqueologia e etnologia e que hoje já estão em uso pela comunidade surda no estado de MS.

Na criação dos novos sinais os profissionais buscaram respeitar a estrutura gramatical da Língua Brasileira de Sinais fundamentada nos seguintes parâmetros: a Configuração da(s) mão(s) (CM), o Movimento (M) e o Ponto de Articulação (PA) sendo eles três conhecidos como principais e outros conhecidos como pa-

⁸ Alfabeto manual é a datilologia. No alfabeto manual a língua escrita serve de base para as palavras serem digitadas através das mãos. A datilologia é utilizada para soletrar nomes de pessoas, ruas, objetos ou palavras que não possuam sinal equivalente em Libras ou é utilizado para explicar o significado de um ouvinte a um ouvinte.

Soletração digital

Sinal em Libras

A-R-Q-U-E-O-L-O-G-I-A



E-T-N-I-A



Tabela 1

Ilustração dos sinais: Jeferson Candia

râmetros menores: orientação de mão (Or ou Om) e as expressões não manuais – **faciais ou corporais (ENM), apresentados em Ferreira Brito (1990, 1995) e em Quadros (2004, p. 80).**

Este trabalho teve como referência a experiência direta, assumindo a experimentação tecnológica de lascamento e polimento de pedra, realizando um papel importante no desenvolvimento de uma percepção mais profunda e duradoura quanto aos temas arqueológicos.

Estas experiências, contudo, não foram unicamente lúdicas, mas estruturadas em estudos e em pesquisas arqueológicas dos processos de transformação de líticos, em artefatos da cultura material pretérita.

Quanto ao trabalho relacionado às etnias indígenas dos povos do Mato Grosso do Sul, os estudos foram fundamentados em ícones da cultura material, juntamente com pesquisa bibliográfica sobre as etnias em estudo.

Desta forma o trabalho não separou a teoria da prática, ou a investigação da didática. Essa foi uma das estratégias utilizadas para atingir uma comunicação com a pessoa surda. Ainda mais, no que se trata de um conteúdo pouco conhecido da maioria dos públicos ouvintes, assim como a comunidade surda e, para se alcançar sucesso nos estudos, o técnico do museu optou pela comunicação

espacial-visual com a apresentação da Pré-história brasileira partindo dos objetos concretos, onde através de práticas de lascamento e polimento de pedras, e oficinas de argila, foram transmitidos os conceitos de modo de vida nômade dos caçadores e coletores, e o modo de vida dos povos agricultores por meio de sua cultura material lítica ou ceramista.

Seguindo a ideia da experimentação e prática junto à teoria, destacamos a citação de Confúcio:

O que eu ouço, esqueço. O que eu vejo, lembro. O que eu faço, aprendo (Confúcio, 551 a.C. – 479 a.C.).

A partir do pensamento de Confúcio, seguimos a ideia da prática na construção de uma metodologia de trabalho, adaptando técnicas de educação patrimonial à comunicação visual para o público surdo. O construtivismo, em uma rápida explicação, é uma proposta pedagógica derivada da teoria de Jean Piaget, cuja principal premissa é que o conhecimento é construído mentalmente, Piaget (1970) apud Becker (2009).

Segundo Freire, o construtivismo preocupa-se, atualmente, com dois aspectos que influenciam a aprendizagem: o desenvolvimento de materiais que permitam uma atividade reflexiva por parte do aluno e a criação de “ambientes” em cujo contexto a aprendizagem pode ocorrer (FREIRE, 1996).

Neste sentido o trabalho buscou a criação de materiais e ambientes favoráveis à aprendizagem e à compreensão de ideias. Para Albir (2007, p. 145) “conhecer as palavras e compreender suas ideias” é a condição essencial para iniciar um processo de tradução independente do ambiente ao qual se está atuando. Conhecer e compreender as terminologias permite que tradutor as utilize como um apoio à sua tradução.

Nos estudos realizados pela equipe, referentes ao acervo da Arqueologia e Etnologia, muitas dúvidas foram vivenciadas pelo grupo, apresentando dificuldade na compreensão dos conceitos repassados pelo profissional do museu. Tudo era novo para todos, profissionais e surdos que desconheciam a Pré-história e Etnologia do Brasil. Não havendo sinais prontos nessa área, o grupo precisou primeiramente realizar um levantamento de banco de dados da Língua de Sinais, pesquisando em dicionários e glossários os sinais já existentes. Após esse levantamento, o conhecer e o compreender dos conceitos teóricos tornou-se mais fácil para ambos, principalmente para tradutora intérprete envolvida no projeto.

Delimitar a terminologia que atenda aos objetivos do grupo contribuiu e facilitou o desenvolvimento da tradução, de maneira a minimizar incoerências conceituais. Assim, algumas terminologias necessitaram passar por um refinamento para que pudessem atender às exigências propostas do estudo em foco.

Para o bom andamento deste trabalho, a equipe teve a preocupação em realizar um levantamento das terminologias que não são recorrentes no uso da comunidade surda.

É importante destacar que houve casos onde outros intérpretes participaram de eventos como palestras no museu, mas estes não dominavam os conceitos específicos sobre Arqueologia e Etnologia. Isso fez com que a tradução simultânea não acompanhasse o tempo real da informação do palestrante para a pesquisadora surda, havendo assim a necessidade de utilizar a tradução consecutiva.

Resultados preliminares

Podemos com alguma certeza afirmar que o projeto que se iniciou com o nome de: *Libras – Cultura e Lazer no Museu*, hoje denominado *Projeto Índio Surdo*, apresentou resultados positivos e acompanha o crescimento do Museu das Culturas Dom Bosco na busca pela inclusão de novos públicos. Desde 2010, o projeto vem criando novos sinais em Libras, produzindo materiais, atividades educativas culturais e colaborando com algumas escolas do ensino público da rede estadual, municipal e também escolas privadas que atendem alunos surdos, surdocegos e indígena surdo.

Podemos detalhar alguns resultados em:

– Atividades culturais acessíveis

Além da troca de experiências de ambas as partes, profissionais do CAS/SED/MS e do Museu, ocorreram também palestras, miniseminários, videoconferência, visitas técnicas a exposições e visitas direcionadas a grupos de estudantes surdos e surdocegos.

– Criação de sinais com base no dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira.

Segundo Capovilla & Rafael,

Nosso Trabalho, como pesquisador ouvintes de boa vontade, sobre barreiras e expandir os limites para mais além do horizonte deve ser o de edificador de pontes sobre fossos, construir viadutos, atravessar fronteiras após fronteiras, descobrir o desconhecido como território humano, e revelá-lo a toda a humanidade. Mas sem jamais perder a perspectiva de que, como ouvintes, ocupamos apenas o lugar de convidados no mundo do Surdo. Não somos, nós ouvintes, os conquistadores que dominam e desvendam os mistérios do Sinal dos Surdos: mas são eles, os Surdos, que nos convidam para o acolhimento de sua casa e nos concedem a revelação dos segredos mais íntimos do seu Sinal. Confiança e respeito são as duas mãos de uma mesma via, daquelas que permitem ir e vir, e voltar sempre (CAPOVILLA & RAFAEL, 2001).

Para elaboração de materiais e novos sinais que visam ao conhecimento do público alvo sobre as coleções de Arqueologia e Etnologia, as professoras/pesquisadoras

do CAS/SED-MS e seus colaboradores surdos, juntamente com o técnico do Museu – MCDB, buscaram registrar por meio de fotos os Sinais para posterior catalogação na ficha de banco de dados, sendo eles:

- Arqueologia ou ciência que estuda as culturas pretéritas através de vestígios;
- Pedra lascada, vestígio de um modo de vida nômade ou caçador coletor;
- Pedra polida, vestígio de um modo de vida sedentário;
- Cerâmica arqueológica, vestígio de um modo de vida agricultor;
- Etnologia, ou ciência que estuda as etnias, no caso do Brasil, os povos indígenas.
- Povos indígenas do MS, sendo estes os: Terena, Guarani, Kinikinaua, Guató e Kadiwéu.

Cabe ressaltar que dois povos do Mato Grosso do Sul, os Atikum e Ofaié, ainda não têm um sinal e nem objetos representativos no acervo do MCDB. Para estes povos usamos a datilologia [empréstimo linguístico lexical].

– Elaboração de materiais informativos e divulgação

Vídeos informativos, mapa tátil (para uso de surdocegos), banner, registro audiovisual e fotográfico das etapas de estudos.

Dentro deste trabalho, houve a necessidade de elaboração de uma ficha para a catalogação das terminologias que não são muito recorrentes nos textos estudados e que necessitariam ser registradas e pesquisadas, dando-nos suporte para a construção de um glossário em Libras que já está em andamento.



Fotos 9, 10, 11 e 12 – Alguns resultados, tais como: novos sinais, mapa tátil, videoconferência e banner

Considerações finais

A partir das experiências com acessibilidade cultural, específicas para a comunidade surda, surdocego e índio surdo, o MCBDB começa a reconhecer suas deficiências estruturais e conjunturais quanto ao complexo conceito de acessibilidade, para assim minimizar estes obstáculos e conseguir cumprir sua missão de colocar-se a serviço de uma sociedade em constante transformação, orientando seus trabalhos a fim de sensibilizar os indivíduos sobre o seu patrimônio cultural e de empreender um diálogo constante com diferentes públicos, atraindo-os para o conhecimento, por meio de atividades lúdicas e de aplicação das técnicas de conservação e preservação de seu acervo.

Podemos dizer que o desempenho da tradução e a interpretação em Libras sofrem tensões de todos os lados. Da língua fonte, que apresenta aspectos linguísticos, sociais e culturais específicos. Da língua alvo, que precisa contemplar as especificidades do texto fonte e contemplar suas próprias especificidades no texto alvo. O tradutor/intérprete teve seu momento de sofrimento e de conflito no que se refere à tão discutida fidelidade na tradução, a propalada busca pela equivalência linguística, social e cultural.

Enfim, todas essas considerações refletem o entendimento de que não conseguiremos atingir a tradução ideal. Por mais que o tradutor se esforce em sua atividade, não atenderá a todas as exigências pretendidas, tanto pela língua fonte quanto pela língua alvo. E ainda pelas suas próprias exigências de fidelidade, imparcialidade, literalidade, enquanto tradutor. Portanto, concluímos que poderão ocorrer traduções aceitáveis ou não. E que, na questão da acessibilidade, avaliamos que o projeto desenvolvido no museu MCDB já tem dado frutos.

Hoje o MCDB tem buscado contato com instituições de ensino especial, com o objetivo que aprofundar-se no tema acessibilidade, iniciando agora seus trabalhos voltados ao público cego com a aproximação do Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – CAP/DV-MS.

Referências bibliográficas

ALBIR, A.H. A aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos. In: ALVES, Fabio; MAGALHÃES, Célia; PAGANO, Adriana (Org.). Competência em tradução: cognição e discurso. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BECKER, Fernando. O que é construtivismo? Desenvolvimento e aprendizagem sob o enfoque da Psicologia II – UFRGS – PEAD. 2009.

BRASIL. *Decreto n. 5.636 de 22 de dezembro de 2005*, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.libras.org.br/leilibras.php>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. Lei nº 10.098/ 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade

reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em 15 de mar. 2013.

_____. **Lei n 10.436/2002, Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir** a modalidade escrita da língua portuguesa. Disponível em: <<http://www.libras.org.br/leilibras.php>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. **Decreto n 5.636** de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.libras.org.br/leilibras.php>>. Acesso em: 15 de mar. 2013.

CAPOVILLA, Fernando César. RAPHAEL, Valquíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Trilingue da Língua Brasileira de Sinais. **v. I e II; [Ilustrações Silvana Marques] – 2. ed.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2001.

CHAGAS, Mario de Souza. & STORINO, Claudia M. P. Os museus são bons para pensar, sentir e agir. **MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia nº 3**, p. 6-9, Rio de Janeiro, 2007.

FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de Língua de Sinais. [reimpr.] Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.

FARIAS, Norma & BUCHALLA, Cássia M. A. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. *Revista Brasileira de Epidemiologia*. 8(2), p. 187-193, São Paulo, 2005.

FREIRE, F. M. & PRADO, M. E. B. Professores construcionistas: a formação em serviço. Memórias 3er. Congresso Ibero-americano de Informática Educativa. Colômbia, 1996.

GRUPO BRASIL de Apoio ao surdocego e ao Deficiente Múltiplo Sensorial. Folheto Informativo sobre Surdocegueira. São Paulo. 2003.

GIROLETTI, Marisa Fátima Padilha. Cultura surda e educação escolar Kaigang. Dissertação de Mestrado, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

GASPAR, A. Museus e centros de ciências: conceituação e proposta de um referencial teórico. Tese (Doutorado em Didática), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Portaria nº 466, de 30 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 15 mar. 2013.

QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

_____. O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. MEC, Brasília, 2007.

- SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.
- SANTOS, Sonia. Acessibilidade em museus. Dissertação (Mestrado do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Museologia), Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2009.
- SARRAF, Viviane, P. Reabilitação do museu: políticas de inclusão cultural por meio da acessibilidade. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- TEIXEIRA COELHO, José, N. Dicionário Crítico de Políticas Culturais. São Paulo: Paz e Terra, 2004.
- VILHALVA, Shirley. *Índios surdos*: mapeamento das línguas de sinais do Mato Grosso do Sul. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2012.